

Brasília, 29 de abril de 2026

Seleção

Sumário

Migalhas

Terça-feira, 28 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Brasil e China unem esforços em patentes e abrem era de cooperação 3

Terça-feira, 28 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Televisão 4.0 e patentes essenciais: tecnológicos e regulatórios 4

Terça-feira, 28 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

Empresas podem registrar extensões após 14 anos, dizem especialistas 6

Mundo do Marketing

Terça-feira, 28 de abril de 2026 | Patentes

Anaqua Adquire Patrix para Expandir Sua Liderança em Gerenciamento de PI 7

G1 - Globo

Quarta-feira, 29 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Batalha de rapper L7nnon e Yoko Ono por nome artístico durou 5 anos e teve até de... 9

Consultor Jurídico

Terça-feira, 28 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Uso de inteligência artificial na criação de logos: quem é o dono dos direitos autor... 11

Revista Fórum - Online

Terça-feira, 28 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

5 milhões de patentes: como a China se tornou líder em propriedade intelectual de... 14

Extra Online

Terça-feira, 28 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

Lula assina promulgação do acordo Mercosul-UE nesta terça-feira, após 27 anos d... 15

Brasil e China unem esforços em patentes e abrem era de cooperação



O **INPI** - **Instituto Nacional da Propriedade Industrial** e o CNIPA - Administração Nacional da **Propriedade Intelectual** da China assinaram, em março, um memorando de entendimento voltado à cooperação bilateral em patentes. O acordo foi formalizado durante o Zhongguancun Forum, um dos principais eventos internacionais de ciência, tecnologia e inovação da China, que contou com a participação de representantes da Diretoria de Patentes do **INPI** em reuniões técnicas com a contraparte chinesa.

O memorando prevê iniciativas concretas de cooperação, entre as quais a troca de experiências em gestão e exame de patentes, o desenvolvimento de parcerias institucionais e ações voltadas à automação e modernização de procedimentos. Não se trata de um acordo de reconhecimento mútuo de patentes, mas de um instrumento de alinhamento técnico e institucional entre dois dos maiores escritórios de **propriedade intelectual** do mundo em economias emergentes.

O contexto torna o acordo especialmente relevante, uma vez que a China é, há anos, a maior depositante de pedidos de patente do planeta, e o CNIPA acumulou experiência significativa na redução de prazos de exame e na adoção de ferramentas de inteligência artificial para triagem e análise preliminar de pedidos. O **INPI**, por sua vez, tem avançado

na modernização de seus processos no âmbito da Estratégia Nacional de **Propriedade Intelectual**, mas ainda enfrenta gargalos estruturais que comprometem a celeridade do sistema marcário e paten-tário. A aproximação com o gigante asiático, nesse sentido, pode abrir uma janela relevante de aprendizado institucional.

Para empresas e inventores com interesse simultâneo nos mercados brasileiro e chinês, o acordo carrega potencial prático. Um maior alinhamento entre os dois escritórios pode favorecer a consistência dos exames, reduzir redundâncias em procedimentos e criar canais mais ágeis de cooperação técnica. O volume de investimento chinês no Brasil, crescente em setores como infraestrutura, energia e tecnologia, reforça a demanda por um sistema de PI bilateral mais robusto e previsível.

Ainda assim, o impacto efetivo do memorando dependerá de sua implementação. Acordos de cooperação nesse formato frequentemente estabelecem intenções sem gerar, por si só, mudanças imediatas nos procedimentos cotidianos de exame. O que se pode afirmar, neste momento, é que a formalização do compromisso entre **INPI** e CNIPA representa um passo institucional relevante e que o acompanhamento dos seus desdobramentos práticos será essencial para avaliar o que o acordo entregará de concreto ao ecossistema de inovação dos dois países.

Jose Humberto Deveza Assola Advogado no BMA Advogados, com quase 10 anos de atuação focada em **Propriedade Intelectual** no Brasil. Candidato ao LL.M. em Intellectual Property and Innovation Policy pela Universidade Tsinghua, em Pequim (China).

BMA Advogados

Televisão 4.0 e patentes essenciais: tecnológicos e regulatórios



A denominada TV 4.0 representa a evolução dos sistemas de radiodifusão digital, caracterizando-se pela convergência entre transmissão broadcast tradicional e conectividade baseada em protocolos de internet, o que possibilita maior interatividade, personalização de conteúdo e integração com múltiplos dispositivos.

No contexto brasileiro, esse avanço está associado ao desenvolvimento contínuo do Sistema Brasileiro de Televisão Digital, que busca incorporar tecnologias mais modernas e alinhadas às tendências internacionais, ao mesmo tempo em que preserva características locais. Nesse cenário, observa-se a influência de padrões estrangeiros, como os definidos pelo ATSC - Advanced Television System Committee, especialmente no que se refere à adoção de arquiteturas baseadas em IP, codificação de vídeo mais eficiente e suporte a aplicações interativas avançadas.

A complexidade tecnológica inerente à TV 4.0 decorre da necessidade de integração de múltiplos sistemas e padrões, incluindo codecs de vídeo de alta eficiência, protocolos de comunicação, mecanismos de compressão de áudio e plataformas de middleware. Tais padrões são frequentemente desenvolvidos por organismos internacionais de padronização, como a ISO e a ITU, os quais reúnem contribuições tecnológicas provenientes de diferen-

tes agentes do mercado. Nesse contexto, é comum que tecnologias protegidas por direitos de **propriedade industrial** sejam incorporadas aos padrões técnicos, dando origem ao conceito de patentes essenciais (SEPs). Essas patentes são consideradas essenciais quando a sua utilização é inevitável para a implementação de um determinado padrão, de modo que qualquer agente que deseje desenvolver produtos compatíveis com a norma técnica deverá, necessariamente, utilizar a tecnologia protegida.

A relevância das patentes essenciais no contexto da TV 4.0 é significativa, uma vez que tecnologias fundamentais, como métodos de codificação de vídeo, sistemas de transmissão e protocolos de comunicação, encontram-se frequentemente protegidas por esse tipo de ativo. Em razão disso, os titulares dessas patentes assumem compromissos de licenciamento, geralmente sob condições denominadas FRAND - Fair, Reasonable and Non-Discriminatory, exigindo que o licenciamento ocorra em termos justos, razoáveis e não discriminatórios. Apesar desse compromisso, a definição prática desses parâmetros é frequentemente objeto de controvérsia, especialmente no que diz respeito à fixação de royalties e às condições de acesso à tecnologia, o que pode gerar disputas judiciais e questionamentos concorrenciais.

No caso brasileiro, a implementação da TV 4.0 envolve desafios adicionais relacionados à dependência de tecnologias estrangeiras e à necessidade de negociação de licenças de patentes essenciais por parte de fabricantes, desenvolvedores e emissores. Nesse ambiente, o **INPI** desempenha papel relevante na análise e concessão de patentes relacionadas ao setor, contribuindo para a segurança jurídica e para o equilíbrio do sistema de **propriedade intelectual**. Ao mesmo tempo, observa-se a oportunidade de desenvolvimento de soluções tecnológicas nacionais que possam vir a integrar futuros padrões, reduzindo a dependência externa e fortalecendo a capacidade inovativa do país.

Dessa forma, a TV 4.0 não se limita a uma evolução tecnológica da radiodifusão, mas constitui

também um campo estratégico em que se articulam interesses tecnológicos, econômicos e regulatórios.

A presença de patentes essenciais nesse contexto evidencia a importância de mecanismos eficientes de licenciamento e de políticas públicas que promovam tanto o acesso às tecnologias quanto o incentivo à inovação.

A consolidação desse modelo dependerá, portanto, da capacidade de harmonizar os diferentes interesses envolvidos, assegurando interoperabilidade, competitividade e desenvolvimento tecnológico sustentável.

CONTRERAS, Jorge L. A brief history of FRAND: analyzing current debates in standard setting and antitrust through a historical lens. *Antitrust Law Journal*, v. 80, n. 1, 2019.

EUROPEAN COMMISSION. Setting out the EU approach to Standard Essential Patents. Communi-

cation COM(2017) 712 final. Bruxelas: European Commission, 2017.

ETSI (European Telecommunications Standards Institute). ETSI Intellectual Property Rights Policy. Sophia Antipolis: ETSI, 2023. Disponível em: <https://www.etsi.org>. Acesso em: 10 abr. 2026.

ITU (International Telecommunication Union). Understanding patents, competition and standardization in the ICT sector. Genebra: ITU, 2022. Disponível em: <https://www.itu.int>. Acesso em: 10 abr. 2026.

FÓRUM SBTVD. TV 3.0/TV 4.0: evolução da televisão digital no Brasil. São Paulo: Fórum SBTVD, [s.d.]. Disponível em: <https://www.sbtvd.org.br>. Acesso em: 10 abr. 2026.

Brenda Albuquerque Engenheira e Especialista de Patentes do Di Blasi, Parente & Associados.

Di Blasi, Parente & Associados

Empresas podem registrar extensões após 14 anos, dizem especialistas



Empresas interessadas em fortalecer sua presença digital terão uma nova oportunidade de criar extensões próprias de domínio na internet. A partir de 30/4, a ICANN abrirá uma nova rodada para propostas de novas terminações, segundo Rodrigo Azevedo, coordenador da área de **Propriedade Intelectual** e Direito Digital do escritório Silveiro Advogados. "Esse modelo, conhecido como 'marca', permite que as empresas utilizem a extensão de forma exclusiva, reforçando identidade e segurança no ambiente digital", explica.

"Uma extensão própria permite que a empresa tenha controle total sobre sua presença online. Além de facilitar a organização de serviços e plataformas digitais, também cria um ambiente mais seguro para clientes, que passam a reconhecer com facilidade os endereços oficiais da marca", afirma Rodrigo.

ICANN abre nova rodada para criação de extensões inéditas. (Imagem: Gemini)

Outro fator apontado pelo especialista é a crescente escassez de nomes disponíveis nas extensões tradicionais. Segundo ele, em domínios populares, como .com ou .com.br, encontrar endereços livres para novos produtos ou serviços se tornou cada vez mais

difícil. Rodrigo enfatiza que com uma extensão própria, a empresa passa a ter liberdade para criar novos endereços vinculados diretamente à sua marca.

Na prática, evidencia que as empresas precisam se candidatar a operar uma nova extensão dentro da própria infraestrutura da internet. A taxa inicial para participação é de US\$ 227 mil (cerca de R\$ 1,2 milhão), além da exigência de comprovação de capacidade técnica, jurídica e financeira para administrar a operação.

Atuação na ICANN

Na rodada anterior, em 2012, o escritório Silveiro Advogados liderou na América Latina a estruturação de candidaturas desse tipo, representando três empresas (Itaú, Ipiranga e Telefônica) das sete marcas brasileiras que apresentaram candidaturas aprovadas perante a ICANN.

"Empresas com presença digital relevante, atuação internacional ou forte preocupação com proteção de marca e segurança da informação tendem a se beneficiar mais desse modelo. Não há previsão de uma nova rodada, então as marcas que tiverem interesse precisam correr contra o tempo", afirma Leonardo Braga Moura, advogado da área de **Propriedade Intelectual** e Direito Digital de Silveiro Advogados.

A expectativa dos especialistas é que a janela para apresentação de candidaturas permaneça aberta entre 12 e 15 semanas. Destacam ainda que qualquer entidade legalmente estabelecida pode participar do processo, desde que cumpra os requisitos técnicos, jurídicos e operacionais previstos no guia oficial.

Anaqua Adquire Patrix para Expandir Sua Liderança em Gerenciamento de PI

BOSTON, April 28, 2026 (GLOBE NEWSWIRE)

--Anaqua, a principal fornecedora de tecnologia e serviços de gerenciamento de inovação e **propriedade intelectual** (PI), anunciou hoje a aquisição da Patrix®, fornecedora de longa data de software e serviços de gerenciamento de PI, cuja plataforma Patricia® tem atendido com orgulho sua base de clientes concentrada em escritórios de advocacia nos últimos trinta anos.

As aquisições estratégicas há muito tempo têm sido fundamentais para o plano de crescimento da Anaqua, acelerando agora sob a propriedade da Nordic Capital. Esta aquisição amplia ainda mais a presença da Anaqua junto aos escritórios de advocacia e Europa, após a aquisição da RightHub em 2025. A Anaqua atende profissionais de PI em corporações e escritórios de advocacia por meio de inovação contínua, ofertas de serviços ampliadas e escala global. Para a Anaqua, o software de gerenciamento de PI é o núcleo da prática de PI eficiente e essa aquisição aprofunda essa base.

"A Patrix vem conquistando a confiança dos profissionais de PI ao longo de décadas, e há muito admiramos a empresa e sua equipe. Essa união traz para a Anaqua uma base de clientes bem servida e leal, juntamente com uma profunda tecnologia de PI e experiência com escritórios de advocacia", disse Justin Crotty, CEO da Anaqua. "Além disso, os clientes da Patrix agora terão a oportunidade de acessar os amplos recursos da Anaqua, incluindo infraestrutura global de hospedagem e segurança, serviços de registro no exterior, renovação de **patentes** e marcas registradas, e serviços de docketing, além das ferramentas avançadas de fluxo de trabalho e análises baseadas em IA."

A plataforma Patricia é usada ativamente por quase 400 clientes, incluindo alguns dos maiores escritórios de advocacia de PI do mundo. A Anaqua continuará a apoiar e avançar o roteiro do produto Patricia, e garantir que os melhores recursos que diferenciaram a plataforma Patricia sejam cuidadosamente incorporados à plataforma mais ampla da Anaqua. A Anaqua também está fornecendo aos

clientes da Patrix flexibilidade pronta para o futuro, apoiando seus requisitos atuais e oferecendo acesso opcional à plataforma nativa de IA da Anaqua à medida que suas necessidades evoluem. Além disso, os clientes que usam o serviço de renovações da Patrix continuarão sem interrupção.

"Nosso papel é encontrar os clientes onde eles estão hoje, além de oferecer suporte e opções para o futuro", disse Crotty. "Com os clientes navegando pelo papel cada vez mais acelerado da IA na prática de PI, pelas mudanças no cenário regulatório e pela volatilidade econômica, queremos estar ao seu lado como um parceiro de confiança. Quando nossos clientes ganham, nós ganhamos."

"Tenho muito prazer em confiar na Anaqua para o atendimento dos nossos clientes durante esta próxima fase da sua jornada do cliente", disse Carina Roth Schramm, fundadora e acionista majoritária da Patrix. "Nossas duas empresas compartilham um forte alinhamento cultural, sustentado por uma herança orientada a software e por uma filosofia centrada no cliente, por isso estou confiante de que as necessidades em constante mudança dos nossos clientes serão atendidas no futuro."

Marks Baughan Securities LLC atuou como consultor financeiro exclusivo da Patrix.

Sobre a Patrix A Patrix é uma fornecedora de longa data de software e serviços de gerenciamento de **propriedade intelectual** (PI), mais conhecida por sua solução principal, Patricia®, um dos sistemas de gerenciamento de PI mais estabelecidos e amplamente utilizados do mercado. Durante décadas, a Patrix tem apoiado departamentos corporativos e escritórios de advocacia de PI em todo o mundo, com sua tecnologia projetada especificamente para atender às demandas da prática de PI. Com profunda experiência em domínio de PI e uma forte reputação de confiabilidade e parceria com clientes, a Patrix estabeleceu relacionamentos duradouros com empresas que gerenciam portfólios globais complexos de PI. Para mais informações, visite: www.patrix.com.

Sobre a AnaquaA Anaqua, Inc. é fornecedora líder de soluções e serviços de tecnologia de gerenciamento de **propriedade intelectual** integrada (IP) para corporações e escritórios de advocacia. Suas soluções de software de gerenciamento de PI, AQX® e PATTSY WAVE®, oferecem fluxos de trabalho das melhores práticas com análise de big data e serviços habilitados para tecnologia, para a criação de um ambiente inteligente projetado para informar a estratégia de PI, viabilizar a tomada de decisões de PI e simplificar as operações de PI, adaptadas às necessidades de cada segmento. Atualmente quase metade dos 100 principais candidatos a **patentes** e marcas globais dos EUA, bem como um número crescente de escritórios de advocacia

em todo o mundo, usam as soluções da Anaqua. Mais de dois milhões de executivos de PI, advogados, assistentes jurídicos, administradores e inovadores usam a plataforma para suas necessidades de gerenciamento de PI. As operações globais da empresa estão localizadas na sede em Boston, além dos escritórios nos EUA, Europa, Ásia e Austrália. Para mais informações, visite Anaqua.com, ou o LinkedIn da Anaqua.

CONTATO COM A MÍDIA:

Jean Kondo Anaqua +1-617-375-5808 jkondo@anaqua.com

Batalha de rapper L7nnon e Yoko Ono por nome artístico durou 5 anos e teve até debate sobre idade de fãs; entenda



Cantor começou o processo de registro de sua marca em 2021. Entre negativas e alegações da viúva de John Lennon, rapper foi liberado para usar seu nome artístico.

Na última semana, a Justiça brasileira decidiu que o rapper L7NNON poderia continuar usando seu nome artístico, mesmo após os questionamentos feitos por herdeiros de John Lennon e uma proibição inicial do uso do nome pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**.

A conquista do rapper acontece cinco anos após o artista entrar com um pedido de registro da marca L7NNON e é celebrada por sua defesa como "um caso inovador e sem precedentes quando se trata de Direito Marcário", setor que cuida da proteção legal de marcas registradas.

Mas como se deu toda essa trajetória? Quais foram as alegações de do **INPI**? E as de Yoko Ono, viúva de John Lennon? Como L7NNON conseguiu reverter?

Entenda o caso a seguir:

A linha do tempo em busca da liberação

O escritório de advocacia Belinger, responsável por L7NNON entrou com um processo para registro da marca no **INPI** em abril de 2021. O pedido foi recusado pelo instituto sob alegação de que o registro era muito parecido com a marca "Lennon", registrada anteriormente por Yoko Ono Lennon.

Em agosto de 2022, a Belinger entrou com recurso contra a decisão do **INPI**, alegando "a possibilidade de coexistência entre as marcas, a diferença de pú-

blico-alvo e o lapso temporal entre os artistas."

Três anos depois, em março de 2025, mesmo após o recurso de L7NNON, o **INPI** manteve sua negativa.

Foi então que o escritório que defende o rapper entrou com processo para anular a decisão do instituto.

Em agosto de 2025, a Justiça acatou o pedido de L7NNON. Mas em outubro do mesmo ano, Yoko Lennon apresentou recurso contra a decisão.

Novamente, a Belinger refutou os argumentos de Yoko, mas a Justiça determinou a manutenção do indeferimento do **INPI** em outubro de 2025.

Apesar desta decisão, o caso foi para julgamento no início de abril de 2026. E o tribunal finalmente decidiu, após inúmeras idas e vindas, que o rapper L7NNON pode continuar usando seu nome artístico.

As alegações de L7NNON e Lennon

Ao longo do processo, o escritório do rapper brasileiro alegou que "não havia risco real de confusão ou associação indevida entre os sinais 'L7NNON' e 'LENNON', já que se tratam de marcas visual, fonética e conceitualmente distintas, com identidades próprias e reconhecidas pelo público".

"Argumentamos que L7NNON já era artista amplamente consolidado no cenário nacional e internacional, com trajetória independente e notoriedade própria, especialmente nos gêneros rap, trap, funk e pop, sem qualquer vinculação mercadológica ao legado de John Lennon", explicou ao g1 a advogada Ana Paula Belinger.

"Também ressaltamos que o nome artístico deriva diretamente do prenome civil do autor [Lennon Dos Santos Barbosa Frasseti], integrando sua personalidade, imagem pública e atividade econômica, o que reforça a legitimidade do uso marcário", diz a advogada.

Ana ainda ressaltou que, no processo, a defesa apontou que a negativa "gerava grave insegurança jurídica, comprometendo contratos, patrocínios, licenciamentos e a exploração regular da carreira ar-

Continuação: Batalha de rapper L7nnon e Yoko Ono por nome artístico durou 5 anos e teve até debate sobre idade de fãs; entenda

tística, preenchendo os requisitos da tutela de urgência diante da probabilidade do direito e do perigo de dano."

Outra citação da defesa do cantor se fere a idade dos consumidores de suas obras: são consumidores de idades e gerações díspares, o que impossibilita qualquer tipo de confusão.

"O músico John Lennon tem como público-alvo majoritário fãs da geração Baby Boomers (nascidos entre, aproximadamente, 1945 e 1964), que viveram a sua juventude nos anos 1960 e 1970, enquanto o rapper L7nnon tem como público-alvo jovens da geração Z (nascidos entre, aproximadamente, 1995 e 2009) e Alfa (nascidos a partir de 2010), que vivem atualmente a faixa dos vinte/trinta anos e adolescência, respectivamente", defende o escritório do cantor brasileiro.

Já a defesa da viúva do líder do Beatles afirmou que "ainda que a Oposta afirme que está apenas registrando seu nome civil, ele foi claramente inspirado no nome de JOHN LENNON, uma vez que este nome ou sobrenome não é comum no Brasil, ou mesmo sequer internacionalmente. E mesmo que a Oposta afirme estar protegendo seu nome artístico, reforçamos que ele não se apresenta como "ÉLE--SETE-NON", e sim como LENNON."

Ela ainda alegou que "mesmo que ele 'escreva' seu nome como L7NNON, seu público, que ouve suas músicas e entrevistas, ouvirá ele ser apresentado como LENNON. Portanto, não há como se discutir tamanha fama do nome JOHN LENNON, demonstrando-se, assim, ser inaceitável o registro de um nome que claramente busca associação indevida para qualquer produto e/ou serviço, tendo em vista que levaria o consumidor a associar ao artista."

Os motivos para o resultado a favor de L7NNON

Segundo Ana Paula Belinger, alguns pontos foram cruciais para o entendimento da decisão da justiça a favor de L7NNON. Entre elas:

Convivência sem confusão: As duas marcas podem existir ao mesmo tempo no mercado. O público não vai confundir o rapper brasileiro com o ex-Beatle, pois são universos diferentes. **Identidade Visual Própria:** O nome "L7NNON" usa o número "7" no lugar da letra "e", o que cria uma marca visualmente diferente. Além disso, o estilo musical (rap e trap) e o público jovem e urbano são muito distintos do público de rock associado a John Lennon. **Proteção ao Trabalho do Artista:** Impedir o uso do nome agora causaria um prejuízo financeiro e profissional enorme e imediato ao cantor. **Boa-fé e Honestidade:** O tribunal não viu intenção do artista de "pegar carona" ou se aproveitar da fama de John Lennon.

A advogada ainda aponta a Justiça tem o poder de rever as decisões do **INPI** para proteger direitos fundamentais, como a liberdade de exercer a profissão.

Após a vitória, Ana também destaca a importância de um especialista em **propriedade industrial**, afirmando que o sistema marcário envolve técnica jurídica e estratégia específica.

"Um erro simples no depósito pode gerar indeferimento, oposição de terceiros ou proteção fraca. O especialista antecipa riscos, estrutura a melhor estratégia de proteção e evita que a marca fique vulnerável."

Uso de inteligência artificial na criação de logos: quem é o dono dos direitos autorais?



Usar um criador de logo com IA virou rotina para quem está lançando um negócio. Em minutos, o logo está pronto, aplicado no site e nas redes sociais. O

Estúdio ConJur Uso de inteligência artificial na criação de logos: quem é o dono dos direitos autorais?

Usar um criador de logo com IA virou rotina para quem está lançando um negócio. Em minutos, o logo está pronto, aplicado no site e nas redes sociais.

O problema aparece depois, quando a marca começa a crescer e alguém copia o logo, ou quando o empreendedor tenta registrar a marca no [INPI](#) e descobre que pode não ter direito sobre o que criou.

A pergunta "de quem é esse logo?" tem uma resposta mais complicada do que parece. E entender essa resposta antes de investir na identidade visual evita problemas sérios no futuro.

O que a lei brasileira diz sobre autoria e IA

A Lei de Direitos Autorais brasileira, a Lei 9.610/98, define autor como pessoa física. Só pessoa física cria obra protegida. A IA não é pessoa. Logo, a IA não é autora de nada pela lei brasileira atual.

Isso tem uma consequência direta: um logo gerado exclusivamente por inteligência artificial, sem intervenção criativa humana relevante, não tem proteção autoral automática no Brasil. Ninguém é o

autor. E sem autor reconhecido pela lei, não há direito autoral a reivindicar.

A situação muda quando há intervenção humana no processo. Quanto mais o empreendedor edita, adapta e toma decisões criativas sobre o resultado gerado pela IA, mais ele constrói evidência de autoria sobre aquela obra.

Por que o criador de logo com IA complica essa questão

Os criadores de logo com IA funcionam assim: o usuário preenche um formulário com nome da empresa, segmento e preferências visuais. A ferramenta toma as decisões criativas: composição, tipografia, ícone, paleta de cores. O usuário escolhe entre as opções geradas.

Nesse modelo, a intervenção humana é mínima. O empreendedor não compôs nada. Escolheu entre alternativas criadas por um sistema automatizado.

Para a Lei 9.610/98, essa escolha provavelmente não configura criação intelectual suficiente para gerar proteção autoral. O resultado fica numa zona cinzenta: não pertence à IA, não pertence à ferramenta e pode não pertencer ao usuário.

O que compõe os diferentes cenários jurídicos:

Logo gerado pela IA sem nenhuma edição

É o cenário com menor segurança jurídica. Sem intervenção criativa humana, sem proteção autoral pela lei brasileira. O logo pode ser usado comercialmente se a ferramenta permitir nos termos de uso, mas registrá-lo como marca no [INPI](#) pode ser questionado ou negado.

Logo gerado pela IA com edições substanciais

Quando o empreendedor modifica cores, altera tipografia, reposiciona elementos e toma decisões visuais relevantes, a intervenção humana começa a existir de forma documentável. Nesse caso, a proteção autoral se constrói sobre as escolhas criativas feitas pelo usuário. Quanto mais editado e distante do resultado original gerado pela IA, mais defensável a autoria.

Logo criado com IA como base e finalizado por designer

É o cenário com maior segurança jurídica. O designer humano documenta as escolhas criativas, assina o trabalho e transfere os direitos ao cliente por contrato. A IA participou do processo como ferramenta auxiliar. A autoria pertence ao designer, e os direitos patrimoniais são transferidos ao contratante via cessão formal.

Como o criador de logo com IA se encaixa nos termos de uso das plataformas

A legislação brasileira regula o que acontece entre pessoas. Os termos de uso das ferramentas regulam o que acontece entre você e a plataforma. São duas camadas diferentes, e as duas importam.

No Looka e no Design.com, os planos pagos geralmente transferem ao usuário os direitos comerciais sobre o logo, incluindo uso em produtos, materiais impressos e registro de marca. Isso está nos termos de uso, não na lei.

No Canva gratuito, elementos fornecidos pela plataforma, como ícones e fontes proprietárias, não podem ser registrados como marca. Se o logo usa esses elementos, o registro no **INPI** pode ser negado ou contestado posteriormente.

A diferença entre plano gratuito e pago, nesse contexto, não é só de funcionalidade. É de segurança jurídica sobre o que você pode fazer com o resultado.

O que está mudando na legislação brasileira

O Brasil ainda não regulamentou a autoria de obras geradas por IA. Mas o tema está em movimento.

Em dezembro de 2025, a Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados aprovou o PL 4025/2023, que exige autorização prévia para uso de obras protegidas no treinamento de sistemas de IA. O projeto não resolve a questão da autoria de logos criados por IA, mas sinaliza que o Congresso está olhando para o tema.

O PL 2338/2023, que tramita no Senado, regula o uso da IA no Brasil de forma mais ampla, mas também não define quem é o autor de uma obra gerada por inteligência artificial. A lacuna permanece.

Nos Estados Unidos, o cenário avançou um passo em 2025: o Escritório de Direitos Autorais reconhe-

ceu proteção autoral para uma imagem gerada por IA em que o criador comprovou intervenção

humana significativa e documentou cada etapa do processo. O critério adotado foi o grau de participação criativa humana, não a ferramenta usada.

Esse precedente ainda não vincula o Brasil, mas aponta para onde a discussão global está indo.

Como se proteger ao criar logo com IA

Quem quer ter segurança jurídica sobre o logo criado com IA precisa agir antes de publicar, não depois.

Escolher uma ferramenta que ofereça licença comercial explícita no plano pago é o primeiro passo. O segundo é não publicar o resultado sem edição: personalizar cores, tipografia e composição cria evidência de intervenção humana e fortalece qualquer reivindicação futura de autoria.

Documentar o processo também é importante: salvar os rascunhos, registrar as escolhas feitas ao longo da edição e guardar comprovante de uso desde o início constroem um histórico de autoria que pode fazer diferença em uma disputa.

Para negócios que planejam crescer e investir na marca, registrar o logo no **INPI** com base em um resultado fortemente editado, ou criado com apoio de um designer humano, oferece proteção muito mais sólida do que depender apenas dos termos de uso da plataforma.

Uso de inteligência artificial na criação de logos: quem é o dono dos direitos autorais?

Os criadores de logo com IA democratizaram o acesso à identidade visual. Mas a lei brasileira ainda não acompanhou essa realidade. A proteção autoral exige criação humana, e o grau dessa criação no uso de IA é justamente o que está em debate.

Usar a ferramenta com critério, editar o resultado de forma relevante, escolher plataformas com licença comercial clara e consultar um advogado especializado antes do registro de marca são as medidas que fazem a diferença entre ter uma marca protegida e ter apenas um logo bonito sem dono.

Criar o logo é o começo. Saber de quem ele é protege o negócio quando a marca começa a valer algo.

5 milhões de patentes: como a China se tornou líder em propriedade intelectual de alta tecnologia no mundo



Até o fim de março de 2025, a China acumulava 5,53 milhões de patentes de invenção válidas, mantendo a liderança mundial no registro de **propriedade intelectual** pelo segundo ano consecutivo. Os dados foram divulgados por autoridades chinesas e indicam uma concentração crescente da produção tecnológica do país em setores estratégicos.

Do total de 2,29 milhões de patentes de alto valor registradas em 2025, aproximadamente 70% têm origem em indústrias emergentes estratégicas. No campo da inteligência artificial, a China detém cerca de 61% do estoque global de patentes. Em robótica, a participação é de aproximadamente dois terços do total mundial.

Para proteger esse acervo, o país estruturou um sistema de proteção em três camadas: fiscalização administrativa, processos judiciais e atuação de órgãos de segurança pública. A **propriedade intelectual** é tratada como ativo central da competitividade empresarial nas diretrizes governamentais.

Leia: Uma potência da inovação: os números que mostram a China na vanguarda da ciência e tecnologia mundial

No combate à pirataria e à falsificação, a Administração Estatal para Regulação do Mercado encerrou 37 mil casos envolvendo marcas registradas, patentes e indicações geográficas no último ano. O valor total envolvido nos processos somou 677 milhões de yuans.

Em declaração oficial, o governo chinês afirmou que os sistemas de **propriedade intelectual** devem proteger e estimular a inovação, e não ampliar divisões tecnológicas entre países. A posição sinaliza o compromisso declarado com a cooperação internacional e o acesso amplo aos avanços científicos e tecnológicos.

Para saber mais sobre a história e a atualidade do país, leia a coluna China em Foco aqui na Revista Fórum.

Lula assina promulgação do acordo Mercosul-UE nesta terça-feira, após 27 anos de negociações



Juntos, Mercosul e União Europeia reúnem cerca de 718 milhões de pessoas e um PIB combinado superior a US\$ 22 trilhões

Após 27 anos de negociações, o presidente Lula conclui formalmente, nesta terça-feira (28), a etapa de ratificação, pelo Congresso brasileiro, do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia pelo Congresso brasileiro. A assinatura do decreto abre caminho para a criação de uma das maiores zonas de livre comércio do mundo.

Impostos federais: arrecadação de março é a melhor do mês desde 2000
Desigualdade: presença feminina cresce nas empresas, mas mulheres ainda ganham 21,3% a menos
Juntos, Mercosul e União Europeia reúnem cerca de 718 milhões de pessoas e um Produto Interno Bruto combinado superior a US\$ 22 trilhões. O acordo prevê a redução gradual de tarifas de importação para produtos industriais e

agropecuários, além de estabelecer regras para áreas como investimentos, serviços, compras públicas e **propriedade intelectual**.

Simulações do governo brasileiro indicam que a implementação do tratado pode elevar o Produto Interno Bruto do país em 0,34% até 2044, o equivalente a cerca de R\$ 37 bilhões. As projeções também apontam aumento de 0,76% nos investimentos e crescimento de 2,65% nas exportações brasileiras.

A aprovação do acordo no Congresso foi acompanhada de medidas voltadas a responder a preocupações de setores produtivos. No dia da votação, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um decreto que regulamenta mecanismos de salvaguarda comercial para proteger a indústria e o agronegócio em casos de aumento repentino das importações.

No cenário internacional, o tratado ainda precisa avançar nos procedimentos internos de outros países do Mercosul e da União Europeia. A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, já indicou a possibilidade de aplicação provisória da parte comercial do acordo enquanto o Parlamento Europeu analisa o texto.

A expectativa do governo brasileiro é que, com a conclusão da etapa legislativa no país, o acordo avance para a fase de implementação nos próximos meses, ampliando o acesso a mercados e aprofundando a integração econômica entre os dois blocos.

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório INPI	1,2,3,7,8,9,10,11
Patentes	5,6
Propriedade Industrial	1,2,3,7,8
Propriedade Intelectual	1,2,3,4,5,6,12,13